

SENTINELAS DO MARAJÓ: A ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE RISCO EM OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE PORTEL

SENTINELS OF MARAJÓ: AN ANALYSIS OF RISK PERCEPTION IN RIVERINE
OPERATIONS IN THE MUNICIPALITY OF PORTEL

Ciências Sociais Aplicadas • 16/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/773644418](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/773644418)

Sandro de Souza Dias¹

César Maurício de Abreu Mello²

Edson Marcos Leal Soares Ramos³

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte⁴

RESUMO

Introdução/Importância: A atividade policial em municípios ribeirinhos da Amazônia apresenta condições operacionais singulares, marcadas por isolamento geográfico, dependência de vias fluviais e limitações estruturais. Em Portel/PA, essas características ampliam a exposição dos policiais militares a riscos ambientais, operacionais e institucionais. A compreensão da percepção de risco nesse contexto contribui para o avanço científico e para o aprimoramento de políticas de proteção ocupacional.

Objetivo: Analisar a percepção de risco dos policiais militares que atuam em operações ribeirinhas em Portel, identificando os principais riscos percebidos e a influência de fatores ambientais, operacionais e institucionais na atividade profissional. **Método:**

Pesquisa quantitativa, descritiva e exploratória, realizada com 34 policiais militares lotados no município. Utilizou-se questionário estruturado com 20 itens em escala Likert, organizados em constructos de riscos ambientais, operacionais, institucionais e de conduta profissional. Os dados foram examinados por estatística descritiva.

Principais Resultados: A percepção de risco mostrou-se elevada. As operações ribeirinhas foram consideradas mais arriscadas que as urbanas. Fatores ambientais, como clima, distâncias e navegação, foram apontados como elementos críticos. Predominou avaliação negativa sobre embarcações, combustível, efetivo, equipamentos e comunicação. A maioria relatou ausência de capacitação específica. Confronto armado, acidentes fluviais e emboscadas figuraram entre os riscos mais citados. Foram relatados desgaste físico, estresse ocupacional e impacto no desempenho.

Conclusão: A percepção de risco resulta da interação entre território, limitações logísticas e fragilidades institucionais. A redução da exposição ocupacional requer capacitação específica, melhoria de recursos operacionais e fortalecimento do suporte institucional, com

alinhamento entre riscos do ambiente fluvial e meios disponíveis para a atuação policial.

Palavras-chave: Riscos ocupacionais; Amazônia; policiamento fluvial; logística operacional.

ABSTRACT

Introduction/Importance: Police activity in riverside municipalities of the Amazon presents singular operational conditions, marked by geographic isolation, dependence on waterways, and structural limitations. In Portel, Pará State, these characteristics increase military police officers' exposure to environmental, operational, and institutional risks. Understanding risk perception in this context contributes to scientific advancement and to the improvement of occupational protection policies. **Objective:** To analyze the risk perception of military police officers engaged in riverine operations in Portel, identifying the main perceived risks and the influence of environmental, operational, and institutional factors on professional activity. **Method:** A quantitative, descriptive, and exploratory study was conducted with 34 military police officers assigned to the municipality. A structured questionnaire with 20 Likert-scale items was used, organized into constructs of environmental, operational, institutional, and professional conduct risks. Data were examined using descriptive statistics. **Main Results:** Risk perception was high. Riverine operations were considered more dangerous than urban policing. Environmental factors such as climate, distances, and navigation were identified as critical elements. There was a predominantly negative assessment regarding boats, fuel availability, staffing levels, equipment, and communication systems. Most respondents reported a lack of specific training. Armed confrontation, river accidents, and ambushes were among the most cited risks. Physical fatigue, occupational stress, and impacts on

performance were also reported. **Conclusion:** Risk perception results from the interaction between territorial conditions, logistical limitations, and institutional weaknesses. Reducing occupational exposure requires specific training, improvement of operational resources, and strengthened institutional support, aligning the risks of the riverine environment with the means available for police action.

Keywords: Occupational risks; Amazon; river policing; operational logistics.

1. INTRODUÇÃO

A atividade policial no contexto amazônico apresenta especificidades que a diferenciam de outras realidades do território nacional. Nos municípios ribeirinhos do arquipélago do Marajó, em especial em Portel/PA, as operações policiais ocorrem em um ambiente marcado por extensas áreas fluviais, isolamento geográfico, condições logísticas desfavoráveis e reduzida presença estatal. Esse cenário impõe aos operadores de segurança pública condições de trabalho que ampliam a exposição a múltiplos riscos, tanto de natureza ambiental quanto operacional e humana e “[...] o adequado entendimento dos riscos que envolvem a profissão, de como esse risco é percebido pelos profissionais e de como o *locus* influencia tal fenômeno se reveste de capital importância” (Mello, 2021, p. 21).

Mesmo que não haja discordância de que “o risco se configura como um elemento inerente e propulsor da vida miliciana” (Mello, 2021, p. 24), já que ele pode ser conceituado como a “condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito” (Mello, 2015, p. 15), a

percepção que um policial possui acerca do risco na sua atividade profissional é um assunto ainda pouco estudado e tampouco compreendido.

As operações ribeirinhas demandam deslocamentos prolongados por vias fluviais, uso de embarcações nem sempre adequadas, enfrentamento de condições climáticas adversas e atuação em comunidades de difícil acesso (Silva; Farias; Alves, 2016). Soma-se a isso a carência de equipamentos, a limitação de apoio institucional imediato e a imprevisibilidade inerente ao policiamento em áreas com baixa infraestrutura pública.

Assim, compreender como os policiais militares percebem os riscos em operações ribeirinhas permite avançar na análise das práticas policiais em territórios periféricos e pouco estudados.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: como os policiais militares percebem os riscos associados às operações ribeirinhas no município de Portel? A resposta a essa indagação permite identificar padrões de percepção, fatores condicionantes e possíveis implicações para a atuação policial e para a formulação de políticas institucionais voltadas à redução de riscos ocupacionais.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a percepção de risco dos policiais militares que atuam em operações ribeirinhas no município de Portel. De forma específica, busca-se identificar os principais riscos percebidos durante essas operações, analisar a influência de fatores ambientais, operacionais e institucionais nessa percepção e examinar como tais percepções impactam a atuação profissional no cotidiano do policiamento fluvial.

A relevância do estudo se justifica em três dimensões, a saber, no plano científico, contribui para o avanço das pesquisas sobre percepção de risco na atividade policial, incorporando um recorte territorial ainda pouco explorado. No plano institucional, oferece subsídios para o aprimoramento das estratégias de gestão, capacitação e proteção dos policiais militares que atuam em áreas ribeirinhas. Por derradeiro, no aspecto social, possibilita refletir sobre os limites e desafios da atuação estatal em regiões marcadas por desigualdades estruturais e baixa presença do poder público.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e exploratório, utilizando questionário estruturado aplicado a trinta e quatro policiais militares lotados no município de Portel. A análise dos dados busca articular os resultados empíricos com o referencial teórico sobre risco, percepção de risco e segurança pública em contextos amazônicos.

A estrutura do artigo foi organizada em seções que apresentam os pressupostos teóricos, o contexto empírico do município de Portel, os procedimentos metodológicos, os resultados da pesquisa, a discussão dos achados e as conclusões, de modo a assegurar coerência analítica e rigor científico.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1. Risco, Perigo e Percepção de Risco

A produção acadêmica nacional diferencia perigo, definido como a origem do dano, de risco, que representa a relação entre probabilidade e consequência. Essa distinção é crucial para analisar a segurança pública e operações militares, pois separa a exposição objetiva dos processos cognitivos dos agentes. Nesse campo,

Rembischevski e Caldas (2020) e Mello (2021) destacam que o risco é uma construção subjetiva influenciada por dimensões psicológicas, sociais e culturais, reforçando o papel da comunicação institucional.

Ao estudar a percepção de risco dos policiais militares da PMPA em diversas regiões do Pará, Mello (2021, p.56) afirma que “a percepção que um policial possui acerca do risco na sua atividade profissional é um tópico ainda pouco estudado e mal compreendido” muito em função da corporação entender o “risco” dentro de uma visão simplista e reducionista que assume a forma única de perigo físico. O mesmo autor enfatiza “[...] que a adequada percepção dos riscos é, para a atividade policial, a atitude que muitas vezes separa o sucesso do fracasso, que distingue a vida da morte” (Mello, 2021, p.57).

A percepção de risco, definida como a avaliação subjetiva de eventos com base em crenças e vivências, fundamenta estudos que a contrastam com o perigo real. Dos Santos, Farias e Candiani (2021) evidenciam um descompasso entre o risco percebido e o observado no Brasil, o que gera impactos diretos na segurança e na proteção do trabalhador. Essa lacuna demonstra que o sentimento de insegurança nem sempre corresponde à ameaça objetiva.

Além do aspecto individual, a percepção de risco é um fenômeno social moldado por fluxos de informação e confiança institucional. Aquino *et al.* (2020) observam que variáveis políticas e comunicacionais influenciam a adesão a medidas protetivas, indicando que a percepção pública orienta condutas coletivas. Assim, entender essa dinâmica é essencial para a eficácia de estratégias de prevenção e atuação em contextos de vulnerabilidade.

2.2. Riscos na Atividade Policial

A melhor doutrina descreve a atividade policial como trabalho sob risco, com exposição a eventos críticos, violência, acidentes e processos de desgaste físico e psíquico. A categoria risco na polícia não se limita ao confronto armado. Inclui vitimização por ameaças, agressões, acidentes em serviço e vulnerabilidades produzidas por condições organizacionais. Durante e Oliveira Junior (2013) tratam a vitimização de profissionais de segurança pública em múltiplas categorias, com base em levantamento nacional, e indicam a relevância de fatores situacionais e rotinas de trabalho na produção do risco.

Em recorte mais recente, Silva e Almeida (2022) discorrem sobre as causas e consequências da violência sofrida por policiais militares, com ênfase na vitimização, nos efeitos sobre o trabalho e nas necessidades de proteção institucional. A vitimização letal também aparece como eixo analítico em estudos sobre mortes violentas de policiais, que permitem identificar contextos, horários, modalidades e lacunas de prevenção.

2.3. Especificidades Operacionais em Contextos Ribeirinhos e Fluviais na Amazônia

Operações ribeirinhas combinam riscos típicos do policiamento com fatores de território. Há limitação de mobilidade, dependência de embarcações, sazonalidade hidrológica, baixa oferta de apoio imediato e maior custo de evacuação. Esses elementos elevam o impacto de falhas de comunicação, pane mecânica, fadiga e atraso de resposta. Também ampliam o risco de emboscada e de controle territorial por grupos armados em rotas fluviais (Costa; Góes, 2022)

Braga *et al.* (2025) analisam crimes em embarcações e em contextos ribeirinhos na Amazônia, com base em boletins de ocorrência, e discutem implicações para a segurança pública fluvial. Em diálogo com esse eixo, Dantas Junior *et al.* (2025) tratam gestão de risco no Marajó, com referência a operações integradas e seus desafios, tema que se aproxima do cenário de Portel por contexto territorial e logística fluvial.

Há também estudos que descrevem o modelo exitoso de operação em bases fluviais integradas. De Almeida Monteiro e Costa Gama (2025) elaboraram pesquisa nas Bases Integradas Fluviais Arpão 1 e Arpão 2, no estado do Amazonas, com foco em cooperação institucional e controle de rotas, o que oferece insumos para discutir arranjos de governança em áreas ribeirinhas. De forma complementar, produções técnico-acadêmicas oriundas de instituições militares e de segurança abordam ações de combate fluvial e patrulhamento, com discussão de doutrina e emprego, úteis para mapear perigos operacionais recorrentes.

Na área agora objeto deste estudo, encontra-se em operação a Base Integrada Fluvial Antônio Lemos, instalada à margem direita do rio Tajapuru, no município de Breves. A pesquisa de Santos *et al.* (2025) apontou que a implementação deste equipamento foi altamente eficaz para as ações de segurança pública na região, resultando em uma redução de 57,14% nos roubos a embarcações e residências ribeirinhas, além de um aumento expressivo na apreensão de drogas (2,2 toneladas) e madeira ilegal.

Apesar dos resultados favoráveis para a prevenção e repressão da atuação de grupos criminosos nacionais e internacionais, os autores ressaltam que a pressão policial gerou um "efeito balão", forçando o

crime organizado a desviar rotas para áreas menos fiscalizadas, o que exige a contínua expansão e integração das bases fluviais para o controle efetivo da criminalidade e a proteção ambiental no bioma amazônico.

3. CONTEXTO EMPÍRICO DO ESTUDO

3.1. Caracterização do Município de Portel

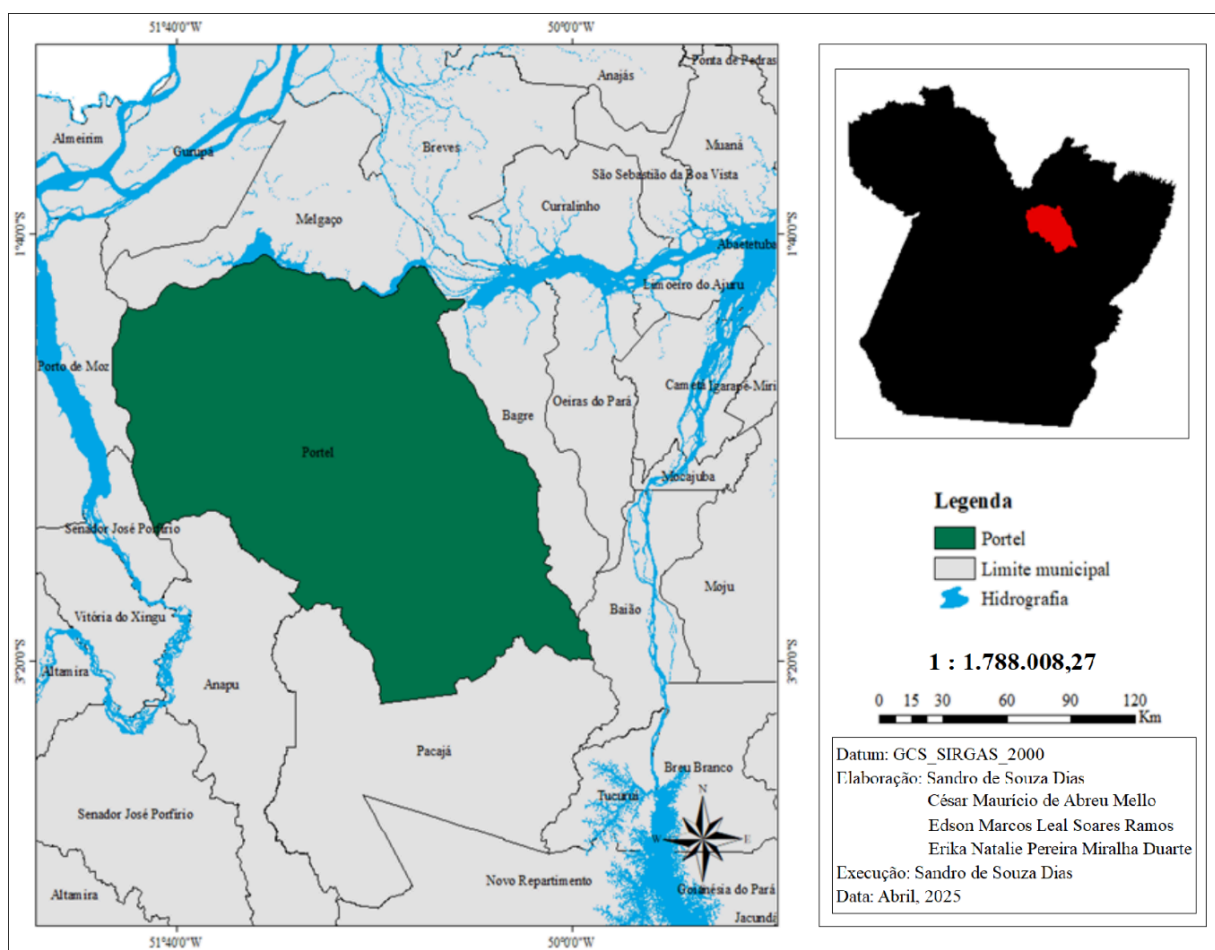
O contingente populacional de Portel totaliza 62.503 habitantes, apresentando uma distribuição demográfica ligeiramente concentrada no setor urbano, que abriga 52% dos residentes, enquanto os 48% remanescentes estabelecem-se na zona rural do município. O território apresenta baixa densidade demográfica, estimada em 2,46 hab./km², o que condiciona a ocupação do espaço e a oferta de serviços públicos. A geografia fluvial impõe isolamento a diversas comunidades e cria entraves logísticos relevantes para a atuação estatal, inclusive no campo da segurança pública (IBGE, 2022).

O acesso à sede do município de Portel ocorre, de forma predominante, por via fluvial, com deslocamento a partir da capital do estado do Pará e duração aproximada de dezesseis horas de viagem. O município não dispõe de ligação rodoviária direta nem de aeroporto com operação comercial, o que reforça a dependência do transporte hidroviário para a mobilidade de pessoas e bens.

Portel integra a Região Intermediária de Breves, caracterizada por pequenas cidades com reduzida centralidade urbana e limitada oferta de serviços. A dinâmica social articula práticas urbanas e rurais, com circulação frequente entre a sede municipal e as comunidades do interior, mediada por redes locais e pela

disponibilidade de infraestrutura (Figura 1). Estudos elaborados por Costa *et al.* (2025) indicam restrições estruturais e dificuldades de gestão pública no enfrentamento de problemas urbanos, o que repercute no acesso a políticas públicas e a bens coletivos nas sedes municipais, incluindo Portel (Costa *et al.*, 2025, p. 22).

Figura 1 - Mapa da Localização do Município de Portel/PA e municípios fronteiriços, 2025



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE, 2025.

Nas áreas rurais e de uso tradicional, predominam formas de reprodução social associadas ao rio e à floresta. Pesquisas em comunidades ribeirinhas de Portel evidenciam a centralidade do agroextrativismo como base de subsistência e renda, com ênfase no cultivo de mandioca, na pesca e na coleta de produtos locais (Silva; Farias; Alves, 2016, p.166). Em áreas de conservação e entorno, como

a Floresta Nacional de Caxiuanã, a pesca e a caça mantêm relevância para a alimentação e a economia doméstica, segundo técnicas e sazonalidades próprias (Félix-Silva *et al.*, 2019, p.239). As dificuldades de residir e trabalhar no município relacionam-se à precariedade de infraestrutura e à cobertura irregular de políticas públicas, com efeitos sobre mobilidade, renda e acesso a serviços, além de vulnerabilidades socioeconômicas que, em parte, são mitigadas por programas de transferência de renda na região do Marajó (Ferreira, 2024; Nascimento *et al.*, 2017).

O acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, ocorre de forma desigual entre a sede e as áreas do interior, sendo condicionado pela distância, pelo regime das águas e pela disponibilidade de transporte fluvial. Essas condições estruturais influenciam o cotidiano da população e impõem desafios à presença contínua do Estado no território.

Socioeconomicamente, o município apresenta um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) muito baixo, da ordem de 0,483 e uma das maiores taxas de pobreza da região, alcançando patamar superior a 70%, com analfabetismo atingindo mais de 20% da população. A economia, centrada no extrativismo e na administração pública, reflete um PIB per capita reduzido, insuficiente para prover infraestrutura básica. Esse cenário de precariedade social, aliado à retração da atividade madeireira, fomenta um ambiente propício à criminalidade fluvial, como o tráfico e a pirataria.

A escolha de Portel como lócus justifica-se pela convergência entre exclusão social e riscos operacionais acentuados. A percepção de perigo é alta, com 90,43% dos agentes identificando a atuação em

áreas de facções como risco máximo. Assim, o município funciona como um microcosmo dos desafios do policiamento na Amazônia, onde o isolamento geográfico e a carência de serviços públicos transformam a atividade policial em uma profissão de alto risco ocupacional e subjetivo (Dias *et al.*, 2025).

3.2. A Polícia Militar e as Operações Ribeirinhas em Portel

A atuação da Polícia Militar em Portel ocorre em um cenário no qual o policiamento ostensivo terrestre convive com a necessidade permanente de operações fluviais, estando a Polícia Militar representada por uma Companhia Independente instalada na cidade, com o efetivo policial composto por 42 (quarenta e dois) policiais militares que atuam em escala de revezamento nas atividades cotidianas de segurança pública, o que resulta na densidade de policiais por quilômetro quadrado igual a 0,00156, o que em termos práticos indica que cada policial militar seria responsável, em média, por 643 km² de extensão territorial no município.

As operações ribeirinhas constituem parte relevante das ações de segurança pública na região, sendo empregadas tanto em atividades de preventivas quanto em operações repressivas e de apoio a outras instituições estatais.

Essas operações envolvem deslocamentos por rios de grande extensão como os rios Pacajá e Anapu, em trajetos que podem durar até doze horas de viagem a partir da sede do município, realizando abordagem a embarcações de diferentes portes e atuando em áreas com comunicação bastante limitada.

Nesse aspecto e em uma região com características específicas, o planejamento operacional deve considerar fatores como nível dos rios, regime de chuvas, visibilidade, tempo de deslocamento e disponibilidade de combustível. Tais elementos ampliam a complexidade das ações policiais e exigem do efetivo policial local a capacidade de adaptação constante às condições ambientais e estruturais disponíveis, bem como aos recursos humanos disponíveis para o implemento das ações policiais.

A interação cotidiana com comunidades ribeirinhas também compõe o contexto empírico das operações. O policial militar atua em espaços nos quais as relações sociais são mediadas por vínculos comunitários fortes e por dinâmicas próprias de resolução de conflitos. Esse aspecto exige do profissional habilidades que extrapolam o uso da força, envolvendo negociação, conhecimento local e leitura do território, fatores que também influenciam a percepção de risco.

Dessa forma, o contexto empírico de Portel evidencia que a atuação da Polícia Militar em operações ribeirinhas ocorre em um ambiente no qual perigos objetivos, riscos assumidos e percepções construídas se articulam de maneira singular. A compreensão dessas especificidades é fundamental para a análise da percepção de risco dos policiais militares e para a interpretação dos resultados apresentados nas seções seguintes.

4. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem quantitativa (Minayo, 2014; Marconi; Lakatos, 2017). A escolha do caráter exploratório justifica-se pela

escassez de literatura empírica que correlacione a percepção de risco às especificidades das operações ribeirinhas no Estreito de Breves e na Baía de Portel.

O universo da pesquisa compreendeu o efetivo de 42 policiais militares lotados na Companhia Independente de Portel/PA. A amostra final, definida por conveniência e acessibilidade, totalizou 34 respondentes ($n=34$), o que representa 80,9% da população total, conferindo alta representatividade ao estudo. Para o cálculo amostral, considerou-se uma margem de erro de 7% e um nível de confiança de 93%, conforme os parâmetros de Bussab e Morettin (2024) para populações finitas.

O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado, aplicado via *Google Forms*, contendo 20 itens organizados em escala Likert de cinco pontos (de "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente"). Os indicadores foram agrupados em quatro constructos: riscos ambientais (clima, hidrografia e isolamento); riscos operacionais (equipamentos, embarcações e logística); riscos institucionais (treinamento e amparo legal) e conduta profissional (tomada de decisão sob pressão).

A participação dos respondentes ocorreu de forma voluntária, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica. Não se coletaram informações que permitissem a identificação individual dos participantes, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos dados.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, utilizando o software Microsoft Excel para a geração de frequências e

o cálculo de médias, permitindo a triangulação entre os achados empíricos e o referencial teórico.

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de técnicas de estatística descritiva, com a utilização de medidas de frequência, médias e dispersão. A análise realizada a partir dos constructos definidos, possibilitando a identificação dos níveis de percepção de risco e a comparação entre as diferentes dimensões investigadas.

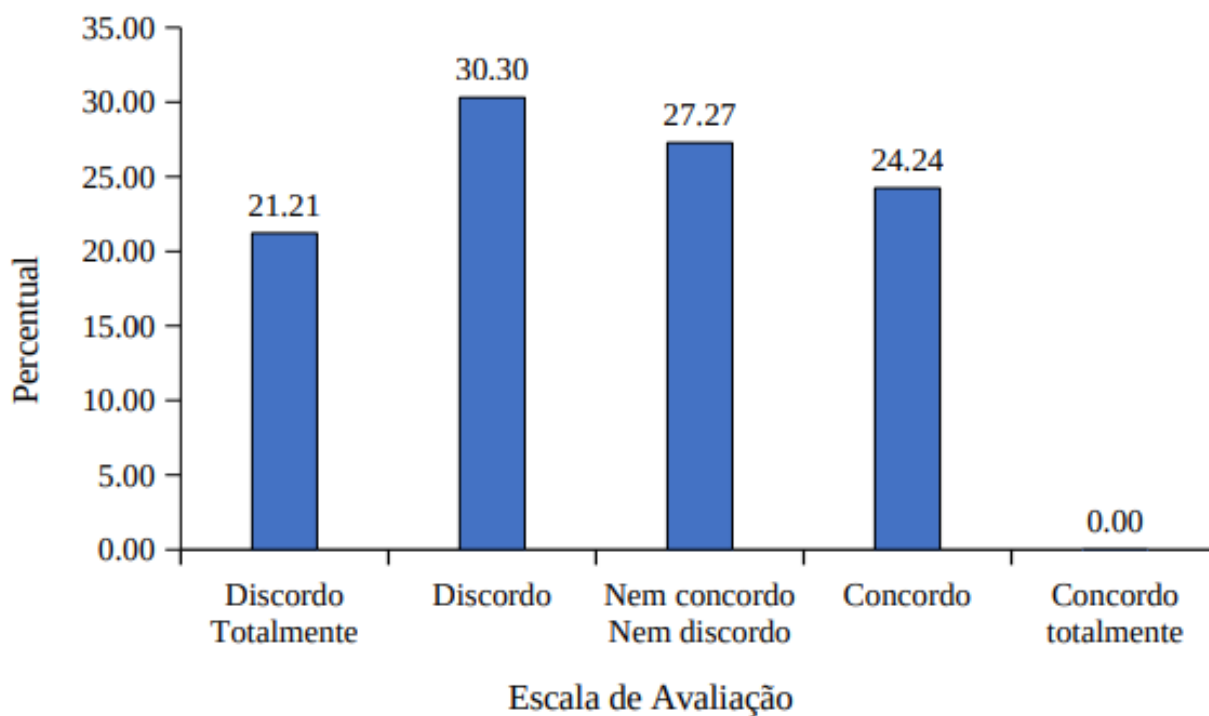
A interpretação dos resultados foi conduzida à luz do referencial teórico adotado, buscando articular os dados empíricos com as contribuições da literatura sobre risco, percepção de risco e segurança pública em contextos amazônicos.

5. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação de questionário estruturado aos policiais militares lotados na unidade policial de Portel, todos com atuação ou experiência em operações ribeirinhas no município. A análise considerou os dados consolidados da planilha de respostas, organizados conforme os constructos definidos no instrumento de pesquisa.

A pesquisa aplicada aos policiais militares que atuam em operações ribeirinhas em Portel indicou que em relação à experiência e vivência profissional, apenas 24,2% dos respondentes concordam que possuem experiência suficiente para atuar nas operações embarcadas naquela região, enquanto 50% se distribuem entre discordância (30,3%) e discordância total (21,2%), conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2 - Percentual de percepção de policiais militares quanto à experiência para atuar em operações ribeirinhas no município de Portel, no ano de 2025.

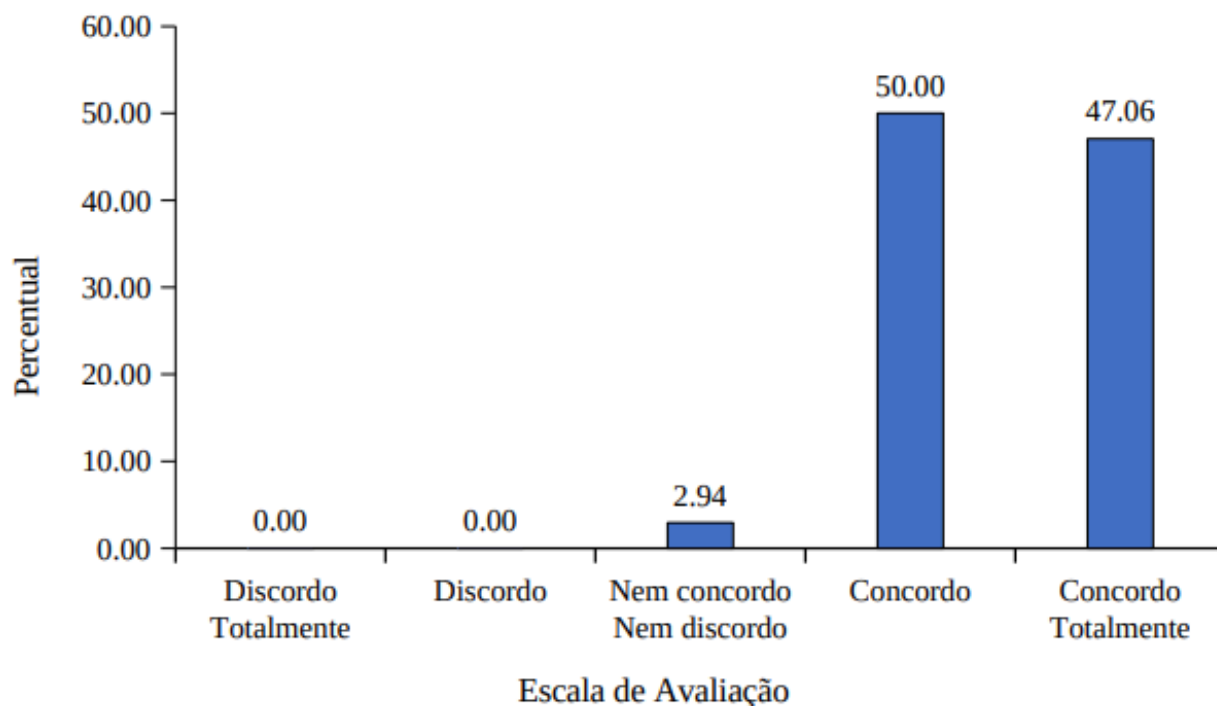


Fonte: Questionários aplicados aos policiais militares de Portel, 2025.

Sobre a contribuição do tempo de atuação profissional para ampliar a percepção dos riscos nas operações ribeirinhas, 91,2% concordam ou concordam de forma total, com destaque para 64,7% em concordância total.

No que se refere à dinâmica operacional, 97% concordam que a frequência das operações exige preparo constante dos policiais que serão empregados nas operações ribeirinhas, conforme disposto no gráfico da Figura 3.

Figura 3 - Percentual de percepção de policiais militares quanto à exigência de preparo constante nas operações ribeirinhas no município de Portel, no ano de 2025.



Fonte: Questionários aplicados aos policiais militares de Portel, 2025.

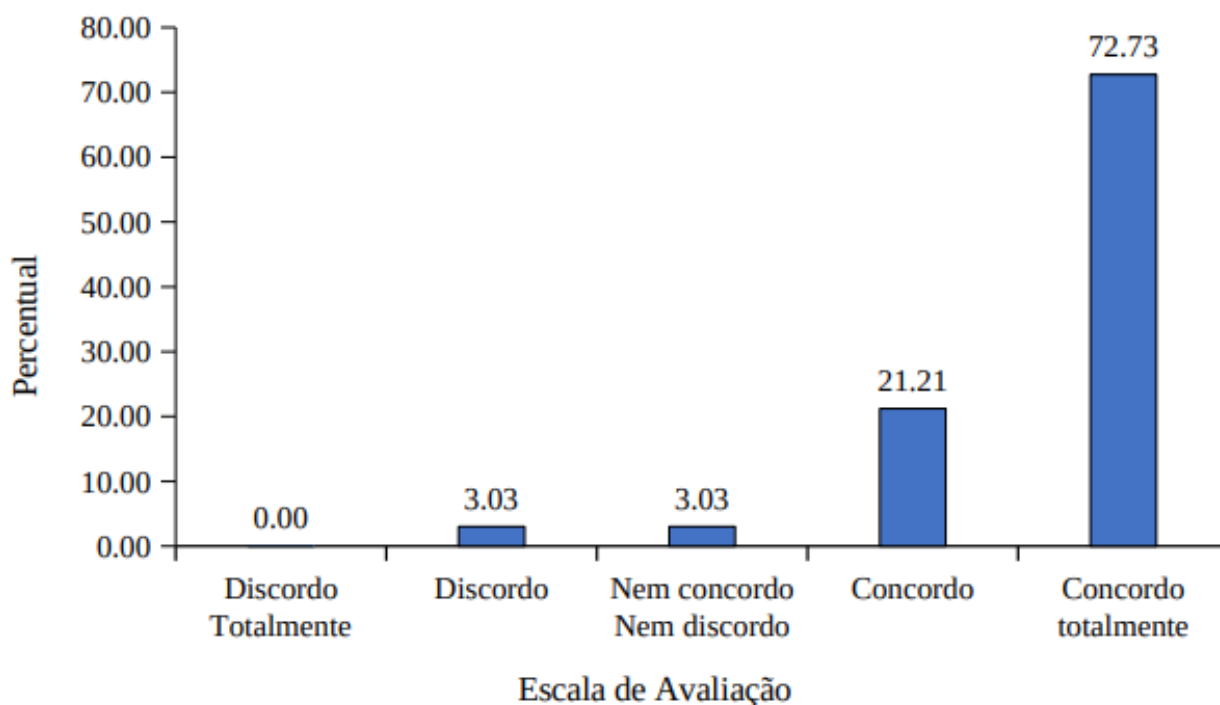
Acrescenta-se que no município de Portel as atividades ribeirinhas são vistas como parte relevante da rotina operacional por 91,2% dos respondentes, o que indica um elevado volume de ações embarcadas protagonizadas pelos policiais que atuam nesta região também denominada Marajó da Floresta. A afirmação de que as operações ribeirinhas são mais arriscadas que as ações policiais urbanas alcançam 82,3% de concordância ou concordância total.

Considerando a acidentada geografia da região, com a diversidade hídrica dos rios, furos e igarapés, no que tange à influência dos fatores geográficos e ambientais como fator condicionante para a atuação policial, 85,3% concordam que essas características geográficas dificultam o trabalho policial.

As longas distâncias entre as diversas comunidades atendidas por ocasião das ações de policiamento ribeirinho comprometem o tempo de resposta para 88,2% dos consultados. As condições climáticas aumentam o risco segundo 93,9% dos entrevistados, o

gráfico da Figura 4 ilustra as respostas dos policiais frente às condições climáticas da região.

Figura 4 - Percentual de percepção de policiais militares quanto à relação entre as condições climáticas e o risco das operações ribeirinhas no município de Portel, no ano de 2025.



Fonte: Questionários aplicados aos policiais militares de Portel, 2025.

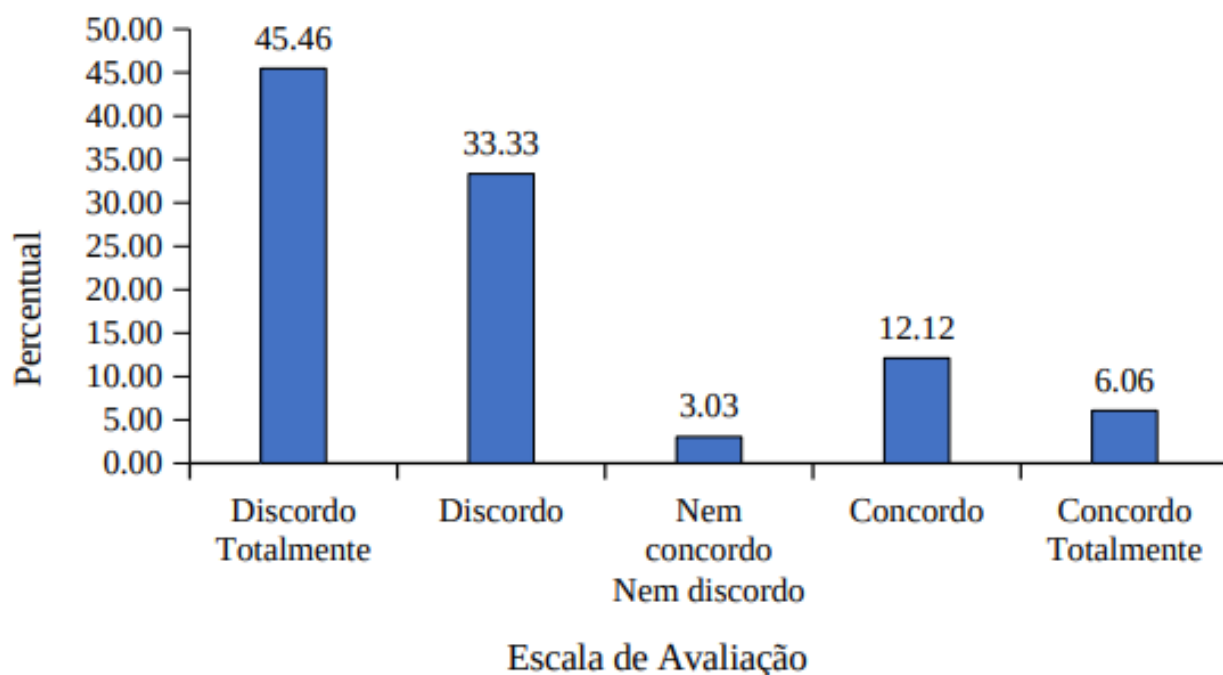
A navegação em rios e igarapés é percebida como risco constante por 85,3%.

Em relação às embarcações utilizadas pelo efetivo de Portel, apenas 35,3% concordam ou concordam de forma total que são adequadas, ao passo que 52,9% dos policiais consultados discordam ou discordam de forma total. O estado de conservação compromete a segurança para 82,3% dos policiais respondentes. A disponibilidade de combustível para fazer frente às ações de policiamento ribeirinho é vista como suficiente por apenas 20,6% dos consultados, ao passo que 64,7% discordam dessa suficiência. Quanto aos equipamentos

de proteção individual, 41,2% concordam com a adequação e 47,1% discordam.

A suficiência do efetivo utilizado para as operações ribeirinhas em Portel é negada por 76,5%, conforme gráfico apresentado na Figura 5. O apoio logístico institucional é considerado deficitário por 76,4% dos participantes.

Figura 5 - Percentual de percepção de policiais militares em relação à quantidade de efetivo policial utilizado nas operações ribeirinhas no município de Portel, no ano de 2025.



Fonte: Questionários aplicados aos policiais militares de Portel, 2025.

No campo da comunicação empregada nas operações ribeirinhas em Portel, 76,5% discordam que os sistemas funcionam de modo satisfatório. Nesse sentido a ausência de sinal é apontada como fator que aumenta o risco para 88,3% dos respondentes.

Sobre a capacitação dos policiais militares que atuam nas operações ribeirinhas, 76,5% afirmam não ter recebido treinamento específico para essa natureza de missão. Apenas 23,5% concordam que o

treinamento recebido prepara para os riscos do ambiente fluvial. A falta de capacitação é vista como fator de aumento da exposição ao risco por 94,2% dos respondentes. A necessidade de cursos voltados ao patrulhamento fluvial alcança 94,1% de concordância.

Em relação à natureza dos riscos, 94,1% percebem risco elevado de confronto armado. O risco de acidentes fluviais é preocupação constante para 85,3% dos policiais consultado na presente pesquisa. A possibilidade de emboscadas eleva a sensação de insegurança para 85,3%.

Quanto aos impactos ocupacionais, 91,2% indicam desgaste físico elevado nas operações ribeirinhas. O isolamento geográfico contribui para o estresse ocupacional segundo 85,3%. A percepção permanente de risco afeta o desempenho profissional para 88,2%.

Na avaliação das condições de trabalho, apenas 20,6% consideram que há segurança adequada, enquanto 58,8% discordam dessa afirmação. A compatibilidade entre riscos e recursos disponíveis é negada por 73,6%. A atuação institucional é vista como capaz de reduzir riscos por 64,8%, porém 17,6% discordam. O apoio de outros órgãos públicos é percebido como insuficiente por 64,8%.

5.1. Síntese dos Resultados

Os resultados indicam percepção elevada de risco nas operações ribeirinhas em Portel, associada a limitações estruturais, logísticas e formativas. Apenas cerca de um quarto dos policiais considera possuir experiência suficiente, embora a maioria reconheça que o tempo de serviço amplia a percepção dos riscos e que a frequência das missões exige preparo contínuo. As operações fluviais são vistas como mais arriscadas que as urbanas, com forte influência de

fatores geográficos, distâncias entre comunidades, clima adverso e riscos da navegação. Predomina avaliação negativa quanto à adequação das embarcações, oferta de combustível, efetivo disponível, apoio logístico e funcionamento dos sistemas de comunicação. A maioria relata ausência de capacitação específica e aponta a falta de cursos como fator de ampliação da exposição ao risco. O confronto armado, acidentes fluviais e emboscadas são percebidos como ameaças frequentes, com reflexos em desgaste físico, estresse ocupacional e impacto no desempenho.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A distribuição das respostas confirma que a percepção de risco, no caso de Portel, resulta da interação entre experiência ocupacional e condições concretas de trabalho. O baixo percentual de concordância quanto à experiência suficiente sugere que parte do efetivo avalia lacunas na preparação prática para missões embarcadas. Esse achado se articula com a literatura que trata o risco como fenômeno que envolve exposição e avaliação subjetiva, influenciada por vivências e repertórios profissionais (Mello, 2015; 2021; Rembischevski; Caldas, 2020). Ao mesmo tempo, a alta concordância sobre o efeito do tempo de serviço na ampliação da percepção de risco indica aprendizado situado, produzido pela repetição de ocorrências, pelo acúmulo de episódios críticos e pelo conhecimento do território.

No eixo operacional, os dados indicam que a rotina fluvial exige preparo contínuo e é compreendida como mais arriscada que o policiamento urbano. Esse resultado não deve ser lido como comparação abstrata entre “rural” e “urbano”, mas como expressão das condições específicas do teatro operacional em Portel.

Deslocamentos longos, baixa previsibilidade do ambiente e demora no tempo de resposta compõem um cenário no qual pequenos incidentes podem produzir efeitos graves. A literatura sobre operações em contextos ribeirinhos aponta que dependência de embarcações, atraso de evacuação e limitações de apoio imediato elevam o custo operacional do erro e ampliam a sensação de vulnerabilidade (Costa; Góes, 2022).

O constructo ambiental aparece como componente estruturante da percepção de risco. A concordância elevada sobre efeitos da geografia, das distâncias, do clima e dos riscos de navegação reforça que o território atua como fator de risco em si. Em Portel, a hidrografia define rotas, tempo de deslocamento e acesso a recursos. A sazonalidade do regime das águas altera visibilidade, correnteza e pontos de ancoragem. Esses elementos podem aumentar acidentes, atrasar apoio e criar situações de exposição prolongada. A percepção registrada pelos respondentes converge com descrições empíricas sobre ribeirinhos e mobilidade fluvial no município, nas quais o rio estrutura o cotidiano e condiciona a presença estatal.

No constructo operacional, a avaliação negativa sobre adequação e conservação das embarcações, disponibilidade de combustível, suficiência de efetivo e adequação de equipamentos de proteção individual indica que parte relevante do risco percebido decorre de recursos e logística. Falhas de equipamento e déficit de insumos funcionam como multiplicadores de risco, pois ampliam chance de pane, reduzem margem de manobra e restringem capacidade de reação. No campo da comunicação, a discordância quanto ao funcionamento dos sistemas e o destaque para ausência de sinal indicam fragilidade crítica para comando e controle, coordenação

entre equipes e acionamento de apoio. Esses pontos se relacionam ao argumento de que a comunicação institucional e os fluxos de informação influenciam condutas protetivas e a percepção de segurança, inclusive no âmbito ocupacional (Aquino et al., 2020).

No constructo institucional e de conduta profissional, sobressai a percepção de insuficiência de treinamento específico e a demanda por cursos específicos para a atividade ribeirinha. O dado de que a falta de capacitação aumenta a exposição ao risco sugere relação entre formação e tomada de decisão sob pressão, com reflexos no desempenho e no desgaste. Além disso, a alta concordância sobre risco de confronto armado, acidentes fluviais e emboscadas, somada aos indicadores de estresse e desgaste físico, descreve um quadro de risco composto, que integra ameaça pessoal e riscos do ambiente.

7. CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam percepção elevada de risco nas operações ribeirinhas em Portel, associada a fatores ambientais, limitações logísticas e fragilidades institucionais. O território fluvial, as distâncias, o clima e os riscos da navegação, somados a deficiências de meios, comunicação e efetivo, compõem um cenário de vulnerabilidade ocupacional.

Conclui-se que a redução dessa exposição requer ações institucionais voltadas à capacitação específica, melhoria logística e fortalecimento do suporte operacional. O alinhamento entre riscos do território e recursos disponíveis é condição para qualificar a atuação policial e ampliar a proteção do efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Tania. Estudo quali-quantitativo sobre a percepção de usuários do Twitter sobre a adoção das medidas de quarentena, de distanciamento e de isolamento sociais, durante a pandemia da COVID-19. [S.l.]: [s.n.], [20--]. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/download/36740/34978>. Acesso em: 8 jan. 2026.

AQUINO, Andressa da Costa Lira Thomaz de; SANTOS, Alexandre Guerra dos; DUBUGRAS, Maria Thereza Bonilha; TELLES, Evelise Oliveira. Estudo quali-quantitativo sobre a percepção de usuários do Twitter sobre a adoção das medidas de quarentena, distanciamento e isolamento sociais durante a COVID-19. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 173–185, 2020.

BRAGA, Arthur do Rosário; PANTOJA SILVA, Emmanuelle; CHAGAS, Clay Anderson; ALMEIDA, Silvia dos Santos de. A “PIRATARIA FLUVIAL” NA AMAZÔNIA: Rastros para a Segurança Pública Fluvial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 376–393, 2025. DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1984. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1984>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro de A. **Estatística Básica**. 10.ed., São Paulo: Saraiva, 2024.

CARVALHO, A. C. S.; SILVA, F. C. B. **Território e segurança pública na Amazônia**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1154>. Acesso em: 29 dez. 2025.

COSTA, Mannom Tavares da; GÓES, Guilherme Sandoval. Vulnerabilidades do Policiamento Aquático Brasileiro - Análise Descritiva de 1983 até 2000. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 81, p. 102-135, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://m.booksci.cn/literature/141829997.htm>. Acesso em: 08 dez. 2025.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; SANTOS, Karina Pimentel dos; PUGA, Bruno Peregrina; LIMA, Viviana Mendes. As pequenas cidades da Amazônia e os problemas que aproximam realidades urbanas periféricas e singularidades que as individualizam. *urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 17, e20240169, 2025. DOI: 10.1590/2175-3369.017.e20240169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/tBmXrtNLSFdd6XQLvQMyqRd/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

DANTAS JUNIOR, Dilermando; MIRANDA, Wando Dias; DOS SANTOS, Seidel Ferreira; NETTO, Roberto Magno Reis; DOS SANTOS, Leonardo Sousa; PASSOS, Sonia da Costa; COUTINHO, Eliane de Castro. GESTÃO DE RISCO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: ATUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO DO MARAJÓ-PA. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 2450–2468, 2025. DOI: [10.56238/arev7n1-148](https://doi.org/10.56238/arev7n1-148). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2878>. Acesso em: 8 jan. 2026.

DE ALMEIDA MONTEIRO, Tulio Diego; COSTA GAMA, Arnaldo. POLICIAMENTO FLUVIAL INTEGRADO E COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA NA AMAZÔNIA: O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO ESTADO DO AMAZONAS. **INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 8796–8810, 2025.

DOI: 10.36557/2009-3578.2025v11n2p8796-8810. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/638>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DIAS, Sandro de Souza; MELLO, César Maurício de Abreu; RAMOS, Edson Marcos leal Soares; DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha; CURSINO, Adriene da Silva. SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 9, nº 4, 2025, pp. 01-16 ISSN: 2527-2349. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/4953>. Acesso em: 22 dez. 2025.

DOS SANTOS, Ezequiel Vieira; FARIAS, Luciana Aparecida; CANDIANI, Giovano. Percepção de risco versus perigo real: um estudo de caso sobre resíduos dos serviços de saúde. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 17, p. 276–292, 2021. DOI: 10.14393/Hygeia17058557. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/58557>. Acesso em: 8 jan. 2026.

DURANTE, Marcelo Ottoni; OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 132–150, 2013. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/download/208/258/1953>. Acesso em: 8 jan. 2026.

FAPESPA. **Perfil Econômico Vocacional de Portel**. Belém: FAPESPA, 2024. Disponível em:

https://pevpa.fapespa.pa.gov.br/Revistas_2024/MARAJO/PEV2024_MARAJO_PORTEL.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

FÉLIX-SILVA, Daniely; VIDAL, Marcelo Derzi; ALVAREZ JÚNIOR, José Benedito; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Caracterização das atividades de caça e pesca na Floresta Nacional de Caxiuanã, Pará, Brasil, com ênfase no uso de quelônios. [Publicação técnico-científica]. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/336368994_Caracterizacao_da_caca_e_pesca_na_Floresta_Nacional_de_Caxiuana. Acesso em: 13 jan. 2026.

FERREIRA, Gicele Brito. Conservacionismo ambiental, assistência social e o atendimento a populações tradicionais. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 147, n. 3, e-6628368, 2024. DOI: 10.1590/0101-6628.368. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/380741424_Conservacionismo_ambiental_assistencia_social_e_o_atendimento_a_populacoes_tradicionais/fulltext/664ca6cf479366623a05032e/Conservacionismo-ambiental-assistencia-social-e-o-atendimento-a-populacoes-tradicionais.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2022: Portel. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Panorama do Censo 2022: Portel (PA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/portel/panorama>. Acesso em: 23 dez. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2017^a.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. A MORTE COMO HIPÓTESE DE TRABALHO: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará. Orientador: Durbens Martins Nascimento e Edson Marcos Leal Soares Ramos. 2021. Tese (Doutorado em Ciências), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos da profissão Policial Militar. Orientadora: Fernanda Valli Nummer. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, Elcio Costa; CARVALHO, João Paulo Leão de; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miqueias Freitas. O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 59-70, 2017. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1414>. Acesso em: 13 jan. 2026.

REMBISCHEVSKI, Peter; CALDAS, Eloisa Dutra. Teorias e abordagens da percepção de risco: o contexto da saúde humana. **Boletim do Instituto de Saúde**, n. 21, p. 47-61, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/01/1353188/teorias-e-abordagens-47-61.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SANTOS, Thayse dos Santos; BAÍA, Moisés Batista Campos; ROSÁRIO, Hilda Rosa Moraes de Freitas; Carvalho Júnior, José Gracildo de; DOS SANTOS, Jorge Fabrício. (2025). COMBATE AO CRIME E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: atuação da base fluvial integrada Antônio Lemos no Marajó. In: **Anais do 4º Congresso Internacional de Segurança e Defesa, IV CISD**. Anais...Manaus(AM) UEA, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/4-congresso-internacional-seguranca-defesa/1212036-COMBATE-AO-CRIME-E-PROTECAO-AMBIENTAL-NA-AMAZONIA--ATUACAO-DA-BASE-FLUVIAL-INTEGRADA-ANTONIO-LEMOS-NO-MARAJO>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SILVA, Edinael Pinheiro da; FARIAS, Geovani Goncalves; ALVES, Odair José Aragão. As políticas públicas e seus reflexos no modo de vida ribeirinho na comunidade Menino Deus em Portel (PA). **Revista Cerrados**, Montes Claros, v.14, n.2, p. 161-183, jul/dez-2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1379/1563>. Acesso em 31 dez. 2025.

SILVA, João Batista; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 240–263, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n2.1376. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1376>. Acesso em: 8 jan. 2026.

¹ Mestrando em Segurança Pública (PPGSP/UFGA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e Professor Convidado da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e Coordenador do PPGSP da UFPA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁴ Mestre em Segurança Pública (PPGSP-UFPA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).